

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

ROSANE TURRA TREVISIO

**CONTRIBUIÇÕES DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE ERNESTINA-RS**

Porto Alegre

2017

ROSANE TURRA TREVISO

**CONTRIBUIÇÕES DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE ERNESTINA-RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Catia Grisa

Coorientadora: Ma. Leticia Andrea Chechi

Porto Alegre

2017

ROSANE TURRA TREVISO

**CONTRIBUIÇÕES DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE ERNESTINA-RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

_____ em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Catia Grisa – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto
UFRGS

Prof^a. Dra. Daniela Wives Garcez
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Aos familiares pela compreensão nos momentos que precisava me dedicar aos estudos.

Aos amigos e colegas pelo apoio recebido.

Aos professores que sempre estiveram presente encurtando distâncias e nos estimulando a chegar ao final do curso.

Aos gestores municipais e extensionistas pela contribuição durante a elaboração do estudo de caso.

Aos proprietários das agroindústrias de Ernestina-RS que através de suas contribuições oportunizaram este estudo de caso.

A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, mas o que ele se torna com isso.

John Ruskin

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar as contribuições da agroindustrialização para a agricultura familiar do município de Ernestina-RS, buscando responder a seguinte indagação: quais as mudanças sócio produtivas para os agricultores familiares de Ernestina-RS a partir da estratégia da agroindustrialização? Para o problema definido foram analisadas apenas as agroindústrias familiares legalizadas no município, desta forma o estudo foi realizado em quatro propriedades rurais que possuem agroindústrias legalizadas. Para a coleta de dados sobre o processo de legalização das agroindústrias foram realizadas entrevistas com os proprietários das agroindústrias e com os gestores da prefeitura e extensionistas. Os principais resultados do estudo de caso foram que das quatro agroindústrias estudadas, três pretendem ampliar as atividades e uma irá se manter como está. Foi constatado que o processo de legalização é complexo e muitas vezes deixa o agricultor em dúvidas sobre legalizar-se ou não, em virtude de ainda não serem efetivas as ações que coíbem o livre comércio de produtos produzidos artesanalmente e sem registro no município. A agroindustrialização oportunizou aos agricultores maior inserção nos mercados e oportunidades para a experimentação através da criação de novos produtos. Foi possível constatar a transformação de cada família, que a partir da criação da agroindústria vislumbra a sucessão para os filhos, visto estes já serem incluídos na nova atividade. Estudos deste tipo permitem obter informações importantes sobre a dinâmica das pequenas agroindústrias familiares locais e percebe-se que, quando a propriedade agrega valor aos seus produtos, ocorrem mudanças sociais e produtivas significativas para a família.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroindustrialização. Diversificação. Legalização. Reprodução social.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the contributions of agroindustrialization to family agriculture in the municipality of Ernestina-RS, seeking to answer the following question: what are the socio-productive changes for the family farmers of Ernestina-RS from the agroindustrialization strategy? For the defined problem, only the family farms legalized in the municipality were analyzed, in this way a study was carried out in four rural properties that have legalized agribusinesses. In order to collect data on the legalization process of the agroindustries, interviews were carried out with the owners of the agroindustries and with the city managers and extension agents. The main results of the case study were that of the four agroindustries studied, three intend to expand the activities and one will remain as it. Has been verified that the legalization process is complex and often leaves the farmer in doubt about legalizing or not, because the actions that curb the free trade of products produced by hand and without registration in the municipality are not yet effective. Agroindustrialization gave the farmers greater market insertion and opportunities for experimentation through the creation of new products. Was possible to verify the transformation of each family, which from the creation of the agroindustry sees succession for the children, since these are already included in the new activity. Studies of this type allow get important information about the dynamics of small local family agroindustries and it is noticed that when property adds value to its products, significant social and productive changes for the family occur.

Keywords: Family farming. Agroindustrialization. Diversification. Legalization. Social reproduction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de localização do município de Ernestina	16
Figura 2- Produtos da agroindústria Mertz Embutidos	24
Figura 3 - Mandioca descascada e congelada da agroindústria Casa da Mandioca.....	26
Figura 4 - Produtos da agroindústria de panificados Sabor do Campo.....	27
Figura 5 - Produtos da agroindústria de panificados Aroma Caseiro	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Panorama geral das agroindústrias de Ernestina.....	23
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFR	- Agroindústria Familiar Rural
CNAE	- Classificação Nacional de Atividade Econômica
COTRIJAL	- Cooperativa Agropecuária e Industrial de Não Me Toque - RS
CPF	- Cadastro de Pessoa Física
EMATER-RS/ASCAR	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
EXPOSOL	- Exposição Feira de Soledade
FEAPER	- Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN	- Instrução Normativa
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PEAF	- Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul
PLAGEDER	- Bacharelado em Desenvolvimento Rural
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
RG	- Registro Geral
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SEFAZ	- Secretaria da Fazenda
SIM	- Serviço de Inspeção Municipal
SUSAF	- Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Artesanal e de Pequeno Porte
SDR	- Secretaria de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
2.1	ABORDAGEM E PROCEDIMENTO ADOTADOS.....	15
2.2	UNIVERSO DO ESTUDO	15
2.3	COLETA DOS DADOS.....	16
2.4	ANÁLISE DOS DADOS	17
3	A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM ERNESTINA.....	23
4.1	AGROINDÚSTRIA MERTZ EMBUTIDOS	23
4.2	AGROINDÚSTRIA CASA DA MANDIOCA.....	25
4.3	AGROINDÚSTRIA DE PANIFICADOS SABOR DO CAMPO	27
4.4	AGROINDÚSTRIA DE PANIFICADOS AROMA CASEIRO	28
5	AS PRÁTICAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES A PARTIR DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO	31
6	PERCEPÇÕES DOS RESULTADOS ECONÔMICOS DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR...	34
7	MUDANÇAS SOCIAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA ADESÃO AO PEA.....	39
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA INSTITUIÇÕES.....	48
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA AGROINDÚSTRIAS	50
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO	54
	APÊNDICE D - RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS	55

1 INTRODUÇÃO

A expressão agricultura familiar ganhou forças no Brasil na década de 1990 e a sua configuração passou a ter maior importância nos estudos sobre desenvolvimento rural, principalmente em 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que ainda hoje é reconhecido com uma das principais políticas agrícolas para os agricultores.

Nos anos mais recentes têm ganhado estímulos as ações que visam à geração de renda nas pequenas propriedades rurais, principalmente através da agroindustrialização da matéria prima produzida, oportunizando a inserção dos agricultores em novos mercados de comercialização. Segundo Prezotto (2002), as pequenas agroindústrias familiares podem representar a construção da cidadania e o resgate de valores sociais e culturais, pela oportunidade de trabalho e renda e em consequência uma vida digna.

No Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo (SDR), o Estado apoia a implantação e legalização de agroindústrias familiares, oportunizando aos agricultores acesso a mercados institucionais ou mercados locais, regionais e nacionais. Uma das políticas públicas de destaque foi a Lei 13.921, criada em 17 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar, e o Decreto nº 49.341, de 05 de julho 2012, que criou o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul (PEAF) e o selo de certificação “Sabor Gaúcho”.¹

Inicialmente a agroindústria faz o cadastramento no PEAf apresentando apenas cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF, cópia de Registro Geral (RG), cópia do cadastro de pessoa física (CPF), cópia da inscrição estadual (bloco de produtor) acompanhada de negativa da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), onde constam as atividades produtivas cadastradas no bloco. Para o segundo passo, que é a inclusão no PEAf e autorização do uso do selo “sabor Gaúcho”, a agroindústria precisa encaminhar a SDR cópia do Alvará Sanitário, cópia da Licença Ambiental emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cópia do laudo de potabilidade de água e um ofício solicitando autorização para uso do selo.

Como visto acima, o processo de legalização é dividido em duas etapas, a primeira é referente ao cadastramento, onde são encaminhadas as questões de documentação, enquanto que para a etapa de inclusão é necessário realizar adequações e dispor de recursos financeiros

¹O selo “Sabor Gaúcho” é um selo de identificação para produtos provenientes de agroindústrias familiares rurais de produção artesanal, no Rio Grande do Sul.

para obter os documentos. Talvez, a questão dos recursos financeiros seja um dos motivos pelo qual o número de agroindústrias cadastradas seja muito superior ao número de agroindústrias cadastradas e inclusas no PEAFF.

Segundo dados da SDR, em junho de 2017 constavam 2.928 agroindústrias cadastradas e 1.039 inclusas no PEAFF no Rio Grande do Sul, sendo que as regiões de Caxias do Sul e Santa Rosa apresentam os maiores números de agroindústrias cadastradas, enquanto Bagé apresenta o menor número. Observa-se que as 1.039 agroindústrias inclusas no programa representam apenas 35,48% de todas as cadastradas.

Neste sentido, o presente estudo terá como tema as Agroindústrias Familiares Rurais (AFR) em Ernestina, procurando analisar as contribuições da agroindustrialização para a agricultura familiar do município.

Ernestina está localizada no Planalto Médio, ao Norte do Rio Grande do Sul, junto à RSC-153, situada a 240 km da capital gaúcha, Porto Alegre, e a 30 quilômetros da cidade de Passo Fundo. O município conta com uma população de 3.088 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), de origem germânica e uma economia baseada na agricultura familiar, produção de grãos, bacia leiteira e comércio. O cenário rural de Ernestina é similar ao de outros municípios gaúchos, que foram incentivados através de políticas públicas a qualificar e diversificar as suas produções agrícolas, principalmente com estímulo a criação de agroindústrias, favorecendo a geração de trabalho e renda no meio rural e a manutenção de muitas famílias no campo.

Segundo informações obtidas junto a Emater-RS/ASCAR de Ernestina, somente após a Lei 11.947/2009 de 16 de junho de 2009, que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é que houve o impulso para o processo de agroindustrialização, onde houve a demanda tanto para alimentos *in natura*, como provenientes de agroindústrias.

A partir dessa contextualização, o presente estudo buscou responder a seguinte indagação: Quais são os resultados da estratégia de agroindustrialização na agricultura familiar de Ernestina-RS? Que mudanças sócio produtivas são observadas na agricultura familiar local?

Neste sentido, a partir do tema do estudo de caso, o objetivo geral foi analisar as contribuições da agroindustrialização para a agricultura familiar de Ernestina-RS. O objetivo geral desdobrou-se em quatro objetivos específicos: a) caracterizar as agroindústrias legalizadas do município de Ernestina, sua trajetória e características, bem como os produtos transformados, a escala produtiva e mercados acionados; b) pesquisar as mudanças provocadas pela estratégia de agroindustrialização nas práticas produtivas dos agricultores

familiares; c) evidenciar as percepções dos resultados econômicos a partir da agroindustrialização de alimentos da agricultura familiar; e, d) analisar as transformações sociais nas famílias rurais após a adesão ao PEAf.

A pesquisa de campo foi realizada com as quatro agroindústrias legalizadas do município de Ernestina e inclusas no PEAf e com os mediadores tanto extensionistas da Emater-RS/ASCAR quanto gestores da prefeitura municipal. Foram realizados dois tipos de entrevistas semiestruturadas conforme consta nos apêndices. As respostas foram analisadas e transcritas com a finalidade de compor este estudo de caso.

Esse trabalho está estruturado em cinco capítulos. Após a introdução são apresentados os procedimentos metodológicos, os cinco capítulos, as considerações finais, referências bibliográficas e apêndices A, B C e D. O capítulo três aborda a agroindustrialização da agricultura familiar no Brasil e as políticas públicas, utilizando o referencial teórico que fundamenta este estudo. O capítulo quatro apresenta a contextualização das agroindústrias familiares em Ernestina, detalhando como elas estão constituídas, quem são as famílias envolvidas, onde se localizam, quando iniciaram as atividades de processamento e porque optaram pela agroindustrialização. O capítulo cinco aborda as práticas produtivas dos agricultores familiares a partir da agroindustrialização, e apresenta informações relativas à coleta de dados obtida junto às agroindústrias e instituição municipais. O capítulo seis apresenta as percepções dos resultados econômicos da agroindustrialização na agricultura familiar, evidenciando investimentos realizados e ganhos obtidos, e o capítulo sete relata as mudanças sociais na agricultura familiar a partir da adesão ao PEAf, abordando tanto os acontecimentos positivos quanto os considerados negativos durante o processo de legalização. Finalmente, são apresentadas as principais conclusões deste estudo e algumas sugestões para futuros estudos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que nortearam a concretização deste estudo e tem por objetivo explicar a forma como a pesquisa foi conduzida, incluindo a abordagem e procedimentos adotados, o universo do estudo, e como foi realizada a coleta de dados e a análise de conteúdo.

2.1 ABORDAGEM E PROCEDIMENTO ADOTADOS

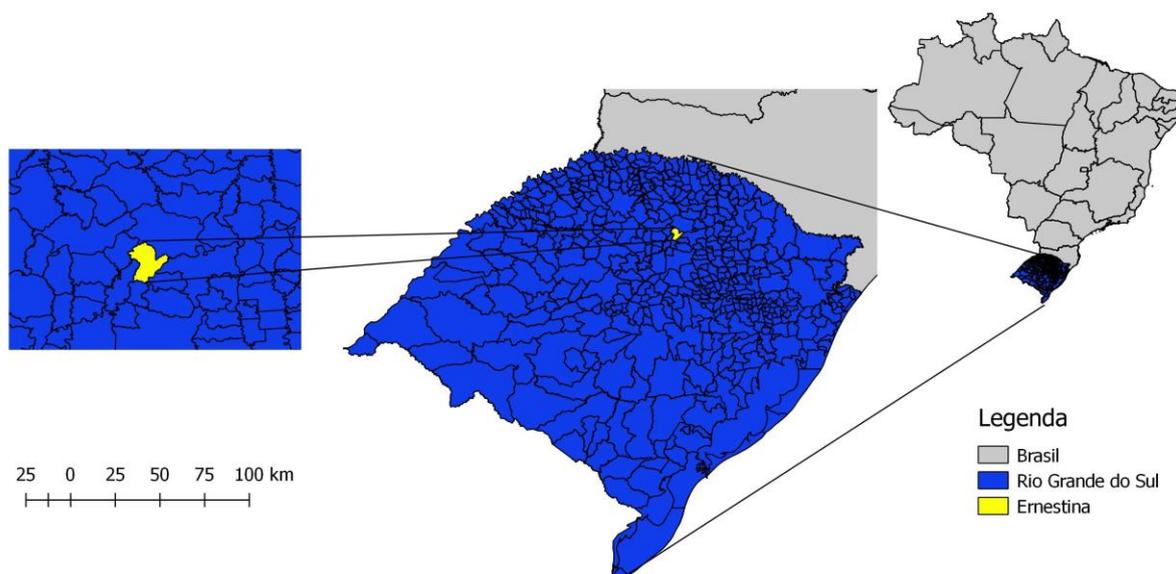
Segundo Yin (2010), o estudo de caso é mais indicado quando se tem a intenção de explicar "como" ou "por que" um determinado evento ocorreu. O estudo de caso foi conduzido a partir da abordagem de pesquisa de natureza básica e caráter explicativa/qualitativa, pois o tema buscou identificar as mudanças sócio produtivas das famílias que adotaram as agroindústrias em suas atividades agropecuárias. Para Merriam (1998), a pesquisa básica ou genérica propõe descrever, interpretar, entender e ainda identificar padrões. Com este método é possível averiguar aspectos da realidade que não podem ser medidos, onde se busca causas e consequências para o fenômeno, atentando-se para a dinâmica das relações sociais.

Vergara (2000) afirma que a pesquisa explicativa objetiva tornar algo inteligível, justificando lhe os motivos, e isso confirma a escolha deste método. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, por isso a observação e sensibilidade do entrevistador é fundamental para fazer a melhor interpretação das informações coletadas.

2.2 UNIVERSO DO ESTUDO

O local de realização do estudo de caso foi o município de Ernestina, nas comunidades de Posse Barão, Esquina Penz e Faxinal, onde se localizam as agroindústrias. Abaixo, a Figura 1 mostra o recorte do estado do Rio Grande do Sul com a área de localização do município de Ernestina.

Figura 1 - Área de localização do município de Ernestina



Fonte: Elaborado por Letícia Chechi, a partir de dados vetoriais do IBGE (2016).

Para o problema definido foram analisadas apenas as agroindústrias familiares legalizadas no município e inclusas no PEAf, por isso o estudo foi realizado em apenas quatro propriedades rurais. Os agricultores foram convidados a participar do estudo de caso, sendo que a justificativa apresentada foi que a os dados coletados serviriam de instrumento para identificar as mudanças sócio produtivas para os agricultores familiares a partir da estratégia da agroindustrialização em Ernestina-RS. Também foram convidados a participar do estudo os gestores da prefeitura e extensionistas, visando obter dados sobre o processo de legalização das agroindústrias.

2.3 COLETA DOS DADOS

Para a coleta de informações sobre as agroindústrias legalizadas em Ernestina foram realizadas visitas a prefeitura municipal e ao escritório municipal da Emater-RS/ASCAR, com a finalidade de realizar entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas aos mediadores, tanto extensionistas quanto gestores da prefeitura, conforme Apêndice A. Para as agroindústrias foi aplicado um questionário com questões mistas (abertas e fechadas), buscando identificar os elementos que provocaram mudanças sócio produtivas para os agricultores familiares a partir da agroindustrialização, conforme Apêndice B. As entrevistas

foram realizadas com agricultores, e mediadores tanto extensionistas quanto gestores da prefeitura municipal.²

A técnica da entrevista é um instrumento que torna possível verificar e aprofundar dados primários, coletados junto aos agricultores, e junto a prefeitura municipal e a Emater-RS/ASCAR. Triviños (1987) afirma que, para algumas pesquisas qualitativas, um dos principais meios de coleta de dados é a entrevista semiestruturada, e ainda argumenta que a entrevista é fruto do conhecimento já colhido pelo entrevistador, por isso é importante ressaltar que as informações foram complementadas com conhecimentos prévios da autora.

Segundo Gil (2008), a entrevista além de ser uma técnica onde o entrevistador, por meio de perguntas, busca obter dados a respeito de sua investigação, pode ser considerada um diálogo assimétrico, onde uma das partes coleta e a outra fornece a informação. Através da pesquisa qualitativa é possível compreender a dinâmica ocorrida no processo de formalização das agroindústrias. Para Minayo (2010), o trabalho de campo aproxima o pesquisador da realidade que pretende estudar, fornecendo-lhe a perspectiva da observação.

As entrevistas somente ocorreram após autorização dos agricultores, gestores e extensionistas e assinatura do termo de consentimento, que se encontra no Apêndice C.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados é parte importante do processo de pesquisa qualitativa, pois os dados coletados precisam ser interpretados, buscando sentido para as falas e conversas trocadas. É preciso estabelecer uma separação entre as informações e a sua interpretação, principalmente aos olhos do entrevistador que não pode tirar conclusões precipitadas.

Após a aplicação da entrevista foi realizada a análise de conteúdo e o resultado foi expresso em forma de texto para compor o trabalho de conclusão do curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, constituído por uma estrutura analítica linear. Segundo Yin (2001), a estrutura analítica linear se aplica ao estudo de caso de caráter exploratório e inclui uma sequência com o tema/problema, a revisão da literatura, a metodologia, a coleta de dados e as conclusões feitas a partir das investigações.

O estudo de caso primou pelo compromisso da verdade e para não constranger os agricultores familiares participantes não foi utilizado gravador para as conversas.

² A relação dos entrevistados está no Apêndice D.

A entrevista proposta buscou ser clara e focada no objetivo do estudo e o entrevistador foi sincero quanto às escutas e transcreveu o que foi ouvido, sem criar respostas que gostaria de ouvir.

3 A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos últimos 50 anos foi possível acompanhar as inovações tecnológicas a serviço da agricultura, onde as ações estiveram voltadas ao processo de modernização e para a eficiência na produção agrícola. Em muitos municípios, os agricultores que não se adaptaram as mudanças migraram do campo para a cidade agravando o êxodo rural e, algumas regiões, foram se especializando, como é o caso do município de Ernestina, onde a agricultura é pautada na dependência de grãos, de insumos e fertilizantes, predominando a monocultura de soja. Segundo Wesz Junior e Niederle (2007), o modelo de modernização sustentou uma agricultura de alto nível comercial, deixando pouco espaço para alternativas que inibissem a reprodução das famílias rurais.

Segundo Schneider (2003), somente a partir dos anos 1990 é que o termo “agricultura familiar” passou a ser utilizado, e se fortalece o conceito de rural aliado ao tema da sustentabilidade e meio ambiente; ainda, aparecem as unidades familiares pluriativas, onde os membros da família passam a se dedicar às atividades não agrícolas dentro ou não da propriedade. O mesmo autor destaca que a pluriatividade pode ser definida como um fenômeno social e econômico onde os membros da família optam por atividades não agrícolas, mantendo a residência no campo e ligação produtiva com a agricultura.

Os autores Wesz Junior e Niederle (2007) afirmam que, em estudos recentes, a agroindustrialização se mostra como uma alternativa para a diversificação da produção, permitindo o sustento e a reprodução da família, e ainda, trazem uma importante constatação referente à valorização dos membros da família nos processos de agroindustrialização, quando lembram que no monocultivo de soja e nas atividades mecanizadas os homens estavam mais envolvidos, enquanto havia poucas possibilidades de trabalho às mulheres, idosos e jovens.

Para Abramovay (1997), a agricultura familiar é aquela em que a gestão da propriedade e o trabalho vêm de pessoas que mantem laços de sangue. Este laço sanguíneo muitas vezes possibilita a reprodução social da família e a manutenção de atividades pluriativas como as AFR.

A agroindústria familiar para Pelegrini e Gazzola (2008) está definida da seguinte forma:

Como uma atividade de produção de produtos agropecuários com consequente transformação destes em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nesses empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do

próprio núcleo familiar, que é o que empresta sentidos, significados e as estratégias, que serão adotadas nesta atividade. (PELEGRINI E GAZZOLA, 2008, p.78)

Quando os autores citam as palavras “sentidos e significados” remete-nos a produção agroindustrial com características coloniais, caseiras, que tem um saber fazer muito peculiar de cada família, e que torna um produto único, desta forma, as atividades agroindustriais são a construção da própria história e a valorização do rural. Nas palavras de Dorigon e Renk (2011), “colonial” traz referência à tradição, à cultura, ao saber fazer dos imigrantes, ao modo de vida e as formas de ocupar o território e praticar a agricultura.

Segundo Prezotto (2002), a agroindústria familiar está localizada dentro da propriedade com produção própria de matéria prima e a transformação de produtos agropecuários e é executada pelos agricultores familiares. O mesmo autor argumenta que as agroindústrias têm a capacidade de gerar postos de trabalho, renda e promover a (re) inclusão social e econômica.

Para Wilkinson (2008), visando desenvolver iniciativas autônomas e alternativas aos mercados tradicionais, surge a agroindústria, sendo uma alternativa de novos mercados, utilizando os diversos produtos da propriedade para diferenciação de produtos transformados na propriedade pela família. No caso das agroindústrias de Ernestina, todas são constituídas dentro das propriedades agrícolas, principalmente, porque a matéria prima deve ser preferencialmente produzida pela família, o que representa autonomia em relação a fornecedores externos e diminuição dos custos de produção.

Wesz Junior e Niederle (2009) afirmam que a agroindustrialização realizada pelos agricultores familiares para sobreviver à crescente vulnerabilidade social colabora para a diversificação dos meios de vida e para a construção da autonomia. Porém, as agroindústrias familiares de maior porte podem estar a caminho da especialização e dependência de ativos controlados por atores externos, ainda que os atores possam ser distintos e os ativos de outra natureza. Cabe destacar que, quando as propriedades fazem a opção pela criação de uma agroindústria, elas não deixam de desenvolver as atividades agrícolas que sempre executaram, mas elas se reinventam, potencializam a capacidade individual e acabam contribuindo para o desenvolvimento local.

Pelegrini e Gazzola (2008) destacam que a maioria das agroindústrias trabalha na informalidade, pois buscar a certificação é um processo burocrático. No município em estudo a constituição de uma agroindústria se dá com o apoio da prefeitura municipal, sindicato dos trabalhadores rurais e da Emater-RS/ASCAR. É realizado um trabalho em rede onde todos

dialogam sobre a viabilidade econômica para a família e também a fim de contribuir para minimizar os custos de legalização. Uma das vantagens para as agroindústrias inclusas no PEAFF é a participação em mercados e feiras locais, e a oportunidade de comercialização em eventos regionais ou estaduais, priorizando as agroindústrias que já utilizam o selo “Sabor Gaúcho”.

Conforme Mior (2005), as agroindústrias familiares rurais se inserem nos mercados locais e regionais enquanto agroindústrias convencionais galgam outros mercados. O autor ainda destaca que a organização em redes, associações e cooperativas é uma forma de obter reconhecimento perante a sociedade. Para Sulzbacher (2009), as experiências mais promissoras estimulam os sujeitos rurais para a sua inclusão social em cooperativas de comercialização, para produção, distribuição e consumo, atendendo demandas modernas e atuais. Também os processos de comercialização oportunizam aos agricultores familiares e suas agroindústrias o respeito e reconhecimento por parte dos consumidores, principalmente pela confiança nas relações e pela qualidade dos produtos apresentados. Mior e Guivant (2005) destacam que a agregação de valor aos produtos abre portas para as mulheres agricultoras, favorecendo o seu empoderamento, seja através de cursos de capacitação ou da comercialização em feiras, sendo que o contato com os consumidores reforça sua autoestima.

Dentre os mercados de comercialização podemos destacar os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do PNAE, que cumprem papel estratégico na integração das políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional e de fortalecimento da agricultura familiar. O PAA é desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estados e municípios e será executado em Ernestina no ano de dois mil e dezoito, na modalidade doação simultânea, onde será feita a doação de gêneros alimentícios para a rede pública de ensino, ofertando uma alimentação adequada, em quantidade e regularidade nas escolas do município.

No município em estudo o PNAE já é executado desde dois mil e nove e estimulou a legalização das agroindústrias locais visando que trinta por cento do valor repassado pelo Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fosse investido na compra direta da agricultura familiar.

Os programas impactam de maneira positiva para os agricultores/fornecedores contribuindo para o desenvolvimento econômico local e para os beneficiários minimizando os impactos da insegurança alimentar e nutricional.

No Rio Grande do Sul a Política Estadual de Agroindústria Familiar, criada pela Lei estadual nº 13.921, em 17/01/12 foi uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da

agricultura familiar e soberania alimentar, com a inclusão de produtos agroindustrializados tanto para o PAA, criado pela Lei Federal nº 10.696 de 02 de julho de 2003, quanto para o PNAE, regulamentado pela Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009. O PEAf criado pelo Decreto nº 49.341, de 05 de julho 2012 apoia a implantação e legalização de agroindústrias, oferece qualificação para os agricultores, além de assistência técnica e apoio para a participação em eventos e feiras.

O enquadramento das agroindústrias poderá ser feito para produtos de origem vegetal ou produtos de origem animal. Aquelas que processam produtos vegetais, exceto bebidas, são regidas pelo Ministério da Saúde, e as que processam produtos de origem animal são regidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que através da Lei Federal 7.889, de 23 de novembro de 1989 delega aos estados e municípios competência para o licenciamento sanitário. O processamento de bebidas está disposto na Lei Federal 8.918, de 14 de julho de 2004.

Cabe destacar que muitas agroindústrias já processam e comercializam alimentos antes de optarem pela legalização, geralmente as de produtos de origem vegetal. Para as agroindústrias de produtos de origem animal as exigências são maiores o que acarreta em maior tempo para as adequações e trâmites legais. Podemos destacar a agroindústria de embutidos que atuou por doze anos até solicitar um alvará sanitário junto à secretaria da agricultura. Para o município esta foi a motivação principal para a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Passados mais cinco anos e com o surgimento do PEAf a agroindústria então se legalizou atendendo os requisitos fiscais, sanitários e ambientais, após realizar obras de adequações na sua estrutura física.

Sulzbacher (2009) destaca que as AFRs provocam impactos sociais, econômicos e ambientais, na família, na comunidade e no município, podendo ter tendência positiva ou negativa. Empiricamente é possível concluir que a agricultura familiar possui dinâmicas que garantem a sua reprodução social em um contexto socioeconômico cada vez mais exigente, destacando-se a criação das agroindústrias familiares rurais, porém os impactos sociais serão variáveis dentro do contexto em que ela está inserida. Para Schneider (2003), a reprodução social é resultado do processo de intermediação entre os indivíduos membros com a família e sua interação com o ambiente, cabendo a todos um papel ativo, pois as decisões, ações e estratégias podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua reprodução e continuidade. A próxima seção apresentará uma contextualização das agroindústrias familiares em Ernestina-RS.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM ERNESTINA

Segundo Gazzola (2012), as agroindústrias familiares surgem para melhorar o desenvolvimento regional, oportunizando a diversificação das atividades agrárias e contribuindo para melhorar a vida dos agricultores. Através das entrevistas realizadas para o estudo de caso foi possível compreender parte das transformações ocorridas e a forma como as atividades produtivas foram redimensionadas em cada agroindústria de Ernestina. Abaixo o Quadro 1 mostra as agroindústrias de Ernestina, o principal produto comercializado, data de início das atividades, o número de cadastro junto ao PEAf, o ano de cadastramento no PEAf e o ano da Inclusão no PEAf, possibilitando um panorama geral.

Quadro 1 - Panorama geral das agroindústrias de Ernestina.

Nome das agroindústrias	Produto principal	Início das atividades	Número no PEAf	Ano de Cadastramento no PEAf	Ano de Inclusão no PEAf
Mertz Embutidos	Salame	1996	15045/13	08/05/2013	13/05/2013
Casa da Mandioca	Mandioca descascada e congelada	2007	15050/13	17/09/2013	15/08/2017
Panificados Sabor do Campo	Bolachas	2012	15059/14	09/07/2014	05/03/2015
Panificados Aroma Caseiro	Cucas e rosca de polvilho	2007	15076/16	24/08/2016	18/01/2017

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A seguir, as subseções apresentarão a caracterização das agroindústrias, sendo que estas estão organizadas em ordem cronológica de legalização.

4.1 AGROINDÚSTRIA MERTZ EMBUTIDOS

A agroindústria Mertz Embutidos situa-se na localidade de Posse Barão, quatro quilômetros de distância da sede do município, com acesso por estrada cascalhada. É uma organização agroindustrial familiar que mantém a tradição na produção de embutidos, tendo maior destaque no processamento de salame. A área de produção fica no porão da casa, e são

mais de 20 anos de trabalho mantendo a tradição da família com a transformação da carne suína em produtos com ótima aceitação no mercado consumidor.

Através do estímulo para a regularização, a agroindústria está cadastrada e inclusa no PEAFF com o número 15045/13 e hoje conta com o selo “Sabor Gaúcho”. Foram necessárias algumas reformas estruturais para que pudesse obter o alvará sanitário da Secretaria da Agricultura e Inspetoria Veterinária Municipal.

Em dois mil e quatorze foram contemplados com um projeto de investimento através do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) agroindústria, que beneficia o agricultor com 80% do valor total do projeto. A agroindústria fez a aquisição de uma embutideira pneumática, utilizando o valor do fundo e uma complementação com recursos próprios, visto a máquina ter valor maior do que o contemplado no projeto.

O trabalho diário dentro da agroindústria é realizado pelo casal e um funcionário, mas também conta com o auxílio da filha e do genro, quando tem disponibilidade. Os suínos são adquiridos em outro município, sendo a agroindústria responsável pelo transporte e trato dos animais até o abate, que é realizado em frigorífico particular no próprio município, resultando em uma excelente matéria prima para o processamento.

Nesta agroindústria está presente a tradição familiar na produção de embutidos, sendo que a receita de salame é praticamente a mesma que os avós do proprietário faziam, modificando-se apenas algum condimento e preservando-se o método de conservação com salitre.

Os produtos elaborados são: salame, banha, torresmo, linguiça suína, linguiça campeira suína e morcela branca, somando um montante mensal de 1500 Kg de produtos e, em algumas épocas, com maior demanda a produção chega a 2000 Kg. Abaixo a Figura 2 mostra alguns produtos da agroindústria Mertz Embutidos.

Figura 2 - Produtos da agroindústria Mertz Embutidos



Fonte: Da autora (2017).

A comercialização ocorre tanto na propriedade, quanto por meio de entregas no município e cidades vizinhas, sendo os preços diferenciados para os comerciantes que revendem o produto, a fim de que o lucro possa ser garantido para ambas às partes. Segundo Pelegrini e Gazolla (2008) *apud* Revellion (2011 p.29), é fundamental que a propriedade organize o espaço rural e sua extensão para o reconhecimento dos consumidores, no que se refere aos valores regionais refletidos nos produtos. Todos os produtos são embalados, rotulados e carimbados com a data de fabricação e validade. Atualmente o município visa se adequar a Instrução Normativa (IN) nº 02/2013 de 22/02/2013, para equivalência dos serviços do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

A oportunidade de comercialização na Feira Expodireto Cotrijal, em Não Me Toque-RS trouxe novos clientes das cidades vizinhas, sendo muitos deles comerciantes com pequenos mercados e outros em pontos de venda de produtos alimentícios nas suas cidades. Conforme Wilkinson (2008) *apud* Revellion (2011 p.30), o mercado é muitas vezes uma continuidade das redes sociais, considerando-se a importância da participação em eventos externos.

4.2 AGROINDÚSTRIA CASA DA MANDIOCA

A agroindústria Casa da Mandioca localiza-se junto a RSC 153, em Ernestina-RS, uma importante rodovia que liga Passo Fundo a Porto Alegre. As atividades de plantio, colheita e processamento sempre foram executadas exclusivamente pela família, a qual iniciou a comercialização da mandioca em mil novecentos e noventa e nove no porão da casa principal. Em dois mil e sete, com a necessidade do mercado consumidor que demandava um produto mais prático, passaram a vender o produto descascado e congelado, nos mercados locais e na Feira do produtor na cidade vizinha de Passo Fundo.

Em dois mil e doze, através da assistência técnica municipal da Emater-RS/ASCAR, receberam orientações para melhorar as condições de trabalho, e fizeram investimentos em novas instalações e equipamentos, contando também com o apoio municipal da Secretaria de Saúde. A agroindústria foi construída em alvenaria, com aproximadamente 60 m², na área de terra de três hectares, no porão da residência da família do proprietário. No plantio apenas os homens (pai e filho) trabalham, e a mulher (esposa do filho) se dedica totalmente à agroindústria e à comercialização.

Em dois mil e treze a agroindústria foi cadastrada no PEAFF, com o número 15050/13, o que facilitou a criação de uma marca e a diferenciação através da embalagem do produto dentro dos padrões exigidos pela legislação de rotulagem dos alimentos. Logo foram contemplados com um FEAPER agroindústria, que oportunizou a aquisição de uma máquina de embalagem a vácuo e um freezer horizontal. A inclusão da Casa da Mandioca no PEAFF somente ocorreu em agosto de dois mil e dezessete, quando a agroindústria apresentou a documentação solicitada para tal. A comercialização ocorre em feiras e supermercados do município e região e também em um ponto de venda próprio as margens da rodovia 153, junto à agroindústria. A capacidade de processamento é de aproximadamente 2.000 kg/mês. Abaixo a Figura 3 mostra a mandioca descascada e congelada da agroindústria Casa da Mandioca.

Figura 3 - Mandioca descascada e congelada da agroindústria Casa da Mandioca



Fonte: Da autora (2016).

Neste ano de dois mil e dezessete, a agroindústria está organizando uma feira de produtos coloniais as margens da rodovia onde pretende comercializar, além do produto da agroindústria, outros produtos do município e região, contribuindo para o desenvolvimento rural.

4.3 AGROINDÚSTRIA DE PANIFICADOS SABOR DO CAMPO

A Agroindústria de Panificados Sabor do Campo está localizada na Comunidade Faxinal, distante aproximadamente quinze quilômetros da sede do município. É uma organização familiar composta por um casal e dois filhos adolescentes. A esposa dedica mais tempo e conta com ajuda da filha na produção dos panificados; o jovem se dedica à atividade leiteira; e o marido se dedica tanto às atividades produtivas agrícolas como da agroindústria, especialmente na parte das entregas, pois a esposa não dirige. O processamento ocorre em uma área de 50 m² e funciona com equipamentos de pequeno porte.

A agroindústria está cadastrada e inclusa no PEAf com o número 15059/14 e também utiliza o selo “Sabor Gaúcho” em seus produtos. Ela processa pães com diferentes grãos, pizzas, massas, cuca simples eucas recheadas, bolachas de diferentes sabores, bolos, tortas, salgadinhos, rosca de polvilho e ainda outros produtos conforme a demanda dos clientes, processando aproximadamente 200 Kg de trigo por mês. O processamento e comercialização com entregas a domicílio já ocorria desde dois mil e doze, porém de maneira informal, e foi através do estímulo da produção de alimentos para o PNAE que os proprietários decidiram investir em melhorias estruturais. Em dois mil e dezessete a agroindústria foi contemplada com o FEAPER agroindústria, destinado para a compra de equipamentos de livre escolha por parte do beneficiário. Foram adquiridos uma fritadeira água e óleo, uma batedeira planetária, modeladora de pães, divisora de pães, mesa de inox e uma estufa de vidro.

A comercialização também é realizada com vendas diretas na propriedade e a domicílio, com entrega de produtos em uma tenda colonial, às margens da RSC 153, e entregas semanais para os mercados institucionais, especialmente o PNAE, do município e região. A Figura 4 mostra os produtos da agroindústria de panificados Sabor do Campo.

Figura 4 - Produtos da agroindústria de panificados Sabor do Campo



Fonte: Da autora (2017).

Recentemente a agroindústria demonstrou interesse em participar do roteiro turístico do município através de visitação à propriedade e serviço de café colonial para os turistas e, para que isto aconteça, a proprietária já procurou à prefeitura municipal para fazer sua inscrição junto à secretaria de turismo.

4.4 AGROINDÚSTRIA DE PANIFICADOS AROMA CASEIRO

A Agroindústria de Panificados Aroma Caseiro também está localizada na comunidade do Faxinal, e faz divisa de terra com a agroindústria de panificados Sabor do Campo, sendo que os proprietários são irmãos. A área de produção fica na antiga garagem da casa e possui aproximadamente 100 m².

É uma organização familiar muito semelhante à outra agroindústria de panificados, também é o casal e dois filhos adolescentes que estão envolvidos. A agroindústria produz pão de trigo, de milho e centeio, bolachas, massas, cuca simples,ucas recheadas, calça virada, bolo, salgadinhos e a tradicional rosca de polvilho, produto ainda mantido desde a fixação dos imigrantes alemães no município. Por mês, a agroindústria processa aproximadamente 150 Kg de trigo.

A agroindústria Aroma Caseiro é a mais recente cadastrada e inclusa no PEAf com o número 15076/16, porém desde dois mil e sete já produzia e comercializava panificados no município. Esta também se diferencia das demais porque é a única agroindústria que tem uma mulher de responsável legal, sendo o esposo apoiador dos trabalhos desenvolvidos. Para que a legalização ocorresse não foi necessário muito investimento, apenas pequenas adequações na estrutura física.

A agroindústria comercializa seus produtos na propriedade, realiza vendas diretas a domicílio para clientes já fidelizados, também entrega bolachas para um supermercado da cidade eucas em um restaurante as margens da RSC 153. A proprietária aceita encomendas deucas e roscas para festas típicas do município e região. Apesar das agroindústrias de panificados estarem instaladas em área de terra vizinha conseguem elaborar produtos com sabores diferentes e ter distintos mercados. A Figura 5 mostra os produtos da agroindústria de panificados Aroma Caseiro.

Figura 5 - Produtos da agroindústria de panificados Aroma Caseiro



Fonte: Da autora (2017).

Em virtude da abertura do mercado institucional no município, a partir de dois mil e doze, todas as agroindústrias informais foram visitadas pela Emater-RS/Ascar e foi comunicado sobre o PEAf e as novas oportunidades de comercialização, que poderiam ser geradas após a legalização, com destaque especial para alimentação escolar. Algumas delas sentiram-se motivadas a aderirem ao programa de agroindústria e outras foram avaliando gradativamente a condição individual para tal mudança.

Através das visitas realizadas junto às agroindústrias foi possível perceber alguma insegurança sobre o programa, tanto que o mesmo era novo e desconhecido, causando até mesmo um pouco de incerteza e desconfiança por parte dos proprietários das agroindústrias. Após as entrevistas foi possível afirmar que após a consolidação da primeira agroindústria no município houve motivação para as demais procurarem informações a respeito da legalização, e poucos meses depois a segunda agroindústria se legalizou.

Atualmente quem produz alimentos de forma artesanal em Ernestina, tanto do meio urbano quanto no meio rural, está preocupado em oferecer aos clientes um produto de qualidade, com rótulo que traga todas as informações necessárias, e para tanto busca informações junto aos órgãos municipais, principalmente tentando transformar-se em agroindústria. Podemos atribuir essa demanda por informações ao reconhecimento que os produtos da agricultura familiar vêm ganhando dos consumidores, principalmente através do uso de marcas ou selos que atribuem maior confiabilidade e segurança sobre a qualidade dos produtos.

Conforme já abordado anteriormente o município de Ernestina está em fase de operacionalização do PAA na modalidade doação simultânea, e para tanto a prefeitura, que é a gestora do programa, necessita cadastrar os agricultores familiares. Podem se cadastrar os agricultores que produzem alimentos *in natura* e também agroindústrias que possuem o selo “sabor gaúcho”. Esta é uma forma de promover o desenvolvimento rural em nível local e

regional, oportunizando a comercialização da produção da agricultura familiar que aderiu ao PEAf.

5 AS PRÁTICAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES A PARTIR DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

As informações doravante apresentadas são fruto da coleta de dados obtida junto às agroindústrias e instituição municipais. O universo do estudo foi definido a partir das agroindústrias legalizadas e inclusas no PEAFF no município de Ernestina, porém existem diversas agroindústrias informais que também comercializam produtos no município.

A partir do momento em que a família opta pela legalização existe uma reorganização do núcleo familiar a fim de dar funcionalidade à nova atividade, sendo necessário elencar um responsável legal pela agroindústria. No estudo de caso em questão, uma das propriedades optou por ter a mulher como responsável legal. A presença de uma mulher representa a autonomia e capacidade de gerenciamento da atividade agroindustrial, e pode representar pouco em um cenário onde outras três agroindústrias possuem os homens a sua frente, porém serve de exemplo para muitas outras mulheres que atuam no município. Para Mior (2005), o processo de agroindustrialização proporciona mudanças internas na organização familiar, reservando um papel importante para as mulheres.

Segundo Brumer (2004), existem dois aspectos que contribuem para explicar a divisão de trabalho entre homens e mulheres, o primeiro aspecto é que a unidade familiar de produção reúne todos os esforços da família para o benefício de todos, estando próximas as unidades de produção e consumo; e o segundo, é a sociedade que delega aos homens o papel de responsável pela família, com caráter um tanto machista. O estudo revelou a tendência das agroindústrias em relação ao responsável legal, sendo três representadas por homens, enquanto apenas uma é representada por mulher. Quanto a faixa etária dos representantes das agroindústrias em três delas o representante tem idade entre 30 e 50 anos, e apenas em uma delas o representante tem idade acima de 50 anos, mostrando uma tendência das agroindústrias serem conduzidas por jovens famílias.

Dentro desse novo cenário, da propriedade rural se transformar em agroindústria, começam a surgir oportunidades para os jovens. Em três agroindústrias, os jovens foram incluídos tanto na escolha do nome e logomarca, quanto nas atividades, enquanto que em uma agroindústria os filhos ainda são crianças. Cabe destacar que a reorganização vai se desenhando conforme os filhos vão crescendo e ocupando novas posições no núcleo familiar. Segundo relatos dos entrevistados, em três das agroindústrias a família é composta por quatro pessoas (o casal e dois filhos), e em uma agroindústria a família é composta por três pessoas (casal e um filho).

Com relação às famílias que trabalham no processamento, em três agroindústrias somente uma família trabalha, enquanto em uma agroindústria mais de uma família trabalha no processamento. Com relação ao tempo de existência da agroindústria, observa-se que elas são ainda novas, pós-legalização, sendo que três delas possuem mais de três anos e apenas uma possui menos de um ano.

Após a reorganização familiar também foi necessária à reorganização produtiva, e isso inclui a produção da matéria prima, que é um condicionante para comercializar pelo talão de produtor rural, juntamente com a sua inclusão junto à Inscrição Estadual (bloco de produtor rural), bem como a inserção da atividade econômica junto a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

Conforme dados da Emater-RS/ASCAR do município, logo que as agroindústrias se cadastram no PEAf elas são autossuficientes na produção de matéria prima, mas a medida que vão se consolidando e conquistando novos clientes e mercados, a matéria prima produzida já não é mais suficiente para atender a demanda, sendo necessário adquirir de fornecedores externos, e muitas vezes ocorre a comercialização entre vizinhos, fomentando o desenvolvimento de muitas localidades rurais. Conforme Pelegrini e Gazzola (2008), a produção da matéria prima é um indicador importante, onde se percebe o grau de contribuição da estratégia familiar na sua produção.

Segundo relatos dos proprietários das agroindústrias durante as entrevistas, a legislação, ao mesmo tempo em que estimula a geração de trabalho e renda no meio rural, também apresenta entraves. Um dos exemplos é a produção de embutidos, onde é preciso uma agroindústria específica para o abate e outra para o processamento, pois a legislação não permite que tudo seja feito no mesmo lugar. Esse é um entrave que acaba fazendo com que o agricultor diminua cada vez mais a produção da matéria prima, conforme relato do proprietário da agroindústria de embutidos:

Nós tentamos comprar porco aqui no município, mas o preço é muito alto, por isso buscamos em outra cidade, sendo que a gente só faz a terminação. Compramos um caminhão e foi um ótimo investimento, pois mesmo comprando de fora o custo fica bem menor. (Agricultor um, homem, acima de 50 anos).

Já para a produção de panificados é importante que a propriedade seja diversificada, pois assim consegue produzir trigo, manteiga ou banha, ovos e leite, porém ainda assim é necessário recorrer a mercados externos para comprar muitos produtos industrializados, como açúcar, fermento, amido de milho, polvilho, dentre outros. O trigo das propriedades é

processado em um moinho na cidade vizinha de Tio Hugo, porém por ser uma cultura de inverno é suscetível às variações climáticas e não atende toda a demanda da agroindústria, sendo necessário adquirir externamente. Também cabe destacar que existem farinhas especiais e diferenciadas para a produção dos panificados, o que desperta interesse dos proprietários das agroindústrias para a elaboração de produtos diferenciados. Quanto à produção de mandioca no Rio Grande do Sul, o período de safra ocorre entre março e junho, e fora desse período é necessário comprar mandioca também de outros produtores, e até mesmo de outros estados para a manutenção das atividades da agroindústria.

6 PERCEPÇÕES DOS RESULTADOS ECONÔMICOS DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Mior (2007), as agroindústrias estão internalizando os aspectos legais, e isso significa dizer que estão se adequando as questões ambientais, sanitárias e fiscais, confirmando os resultados da pesquisa, onde é possível afirmar que as AFR que aderiram o PEAFF conquistaram espaço diferenciado no município diante das agroindústrias não legalizadas. Com a agroindustrialização surgem novas oportunidades de comercialização, incluindo mercados e feiras e mercado institucional, e para a agroindústria isso representa aumento nos resultados econômicos da propriedade e inserção social no município e região. Para algumas agroindústrias é o mercado consumidor que estimula a legalização, visto que em alguns pontos de comercialização do município não é possível à venda de produtos sem registro.

Através das visitas e entrevistas realizadas nas agroindústrias de Ernestina foi possível observar que o espaço físico de todas elas está ligado à estrutura da casa, seja em um porão ou em uma garagem ampliada, não tendo sido realizado investimento para a construção de um espaço específico para a agroindústria e separado da residência. Sendo assim, a pesquisa apontou que para três agroindústrias não foi necessário muito investimento, pois foram feitas adaptações como colocação de azulejo nas paredes, colocação de pisos claros, telas nas janelas e aquisição de utensílios e equipamentos, enquanto que para uma delas foi necessário muito investimento, devido à conclusão de instalações no porão da casa.

Em entrevista realizada na Secretaria da Agricultura e Inspeção Veterinária do município de Ernestina, a médica veterinária responsável destaca que, a partir de dois mil e doze, as agroindústrias começaram a se legalizar por necessidades de comercialização, sendo que receberam apoio municipal para a regularização, seja através de esclarecimentos sobre a legislação ou para execução de projeto arquitetônico sem custo. Comenta que ainda tem muitas agroindústrias que não se legalizaram, fato que a entrevistada atribui às mudanças constantes na legislação do Rio Grande do Sul e aos altos custos exigidos para as adequações, pelo ponto de vista dos agricultores. Destaca ainda que Ernestina é um município com grande produção de leite, e segundo dados da secretaria de agricultura (2017), são mais de duzentas e sessenta e oito propriedades que produzem leite *in natura* para comercialização, e não se tem nenhuma agroindústria de laticínios no município. Um fator que limita a possibilidade dos agricultores em ter uma agroindústria de produtos de origem animal é a necessidade de um responsável técnico estar vinculado à agroindústria, o que é bastante oneroso.

Conforme relatos da engenheira agrônoma do escritório municipal da Emater-RS/ASCAR, foi a partir de dois mil e doze que as agroindústrias começaram a procurar o escritório da Emater-RS/ASCAR para obter informações sobre a legalização, visando principalmente atender a demanda do mercado institucional local, especialmente para a merenda escolar. Destaca que o apoio da sua instituição é fundamental para o processo de legalização, visto que além de fazer o cadastro e inclusão da agroindústria no PEAf, dá suporte para *layout*, rotulagem e ainda viabiliza cursos de qualificação em processamento e boas práticas.

Segundo Gazolla (2014) a Emater-RS/ASCAR é a instituição responsável pela operacionalização do PEAf no estado, identificando as agroindústrias, realizando cadastro e análises de viabilidade tanto técnica quanto econômica, sempre em contato com a SDR. O mesmo autor destaca que os trabalhos desta instituição são importantes tanto para a segurança alimentar e nutricional (SAN) da população que consome os alimentos processados quanto para a reprodução social das agroindústrias.

Para ambas entrevistadas, tanto a gestora municipal quanto a extensionista rural a agroindustrialização contribui com o desenvolvimento rural, favorecendo o comércio de produtos da agricultura familiar, tanto no município, quanto na região, e melhorando a arrecadação municipal.

Sobre a principal fonte de renda da propriedade, a percepção dos resultados para as agroindústrias foram que para duas propriedades a agroindústria é a maior geradora da renda, enquanto que para outras duas propriedades é a atividade leiteira que fornece maior rendimento. As entrevistas proporcionaram maior proximidade com as famílias e foi possível observar que nas propriedades onde a área de terra é menor, a renda é proveniente exclusivamente da agroindústria, e onde a área de terra é maior, é possível manter outras atividades como grãos e pastagem para o gado, ocasionando um fracionamento da renda e uma diversificação da propriedade. Esta constatação se aproxima do estudo realizado por Wesz, Trentin e Filippi (2008), onde os autores relatam que a agroindústria se adapta ao complexo fundiário disponível e que os ganhos provenientes da agroindustrialização acontecem não na expansão da área de terra, mas através da reorganização da força de trabalho, do processamento e comércio dos produtos.

Para Schneider (2010), a diversificação interfere na sociabilidade, pois os agricultores diversificados se tornam mais exigentes porque possuem maiores relações com clientes, consumidores e a comunidade local. Para as quatro agroindústrias de Ernestina a diversificação interferiu de maneira positiva na sociabilidade da família, visto que enquanto

não se legalizam ou participam do PEAFF, as agroindústrias convivem em um pequeno grupo, quase que em um circuito fechado e após a legalização se apropriam dos seus direitos e se transformam em cidadãos mais independentes que começam a perceber novos caminhos. Segundo relatos do gestor municipal:

A partir do momento em que os agricultores decidem legalizar as agroindústrias eles se mostram mais disponíveis para aceitar mudanças, desde que lhes traga retorno, buscam mais informações e oportunidades e estão aptos a rever suas práticas. (Gestor Municipal, entre 30 e 50 anos).

Conforme descrevem Pelegrini e Gazolla (2008), à agregação de valor aos produtos da agricultura familiar pode ser entendida como a ampliação da margem de lucro da atividade agrícola, sendo que o acesso aos mercados possibilita gerar um “preço prêmio” e maiores rendimentos as famílias.

Sobre os ganhos obtidos, as famílias foram questionadas se conseguem estimar a renda após a agroindustrialização e somente uma família considerou que houve aumento significativo na renda, e estimou em torno de quatro salários mínimos de referência/mês. Para as outras três famílias uma declarou que houve aumento significativo na renda, outra relatou que houve um pequeno aumento enquanto que para uma agroindústria não houve aumento na renda, sendo que essas três não sabem informar quais os ganhos obtidos.

O autor Wesz Junior (2009) relata que a agregação de valor é regida por um marco regulatório de grande envergadura e complexidade. Cabe destacar que o PEAFF foi concebido para que as agroindústrias de imediato aderissem, porém essa “envergadura” pode ser representada pelos elevados custos relativos à construção, pois os projetos prediais de agroindústrias geralmente são complexos e exigem um grande número de dependências internas, sendo que em algumas agroindústrias trabalha apenas uma ou duas pessoas. O programa segue a legislação federal e não faz distinção para a estrutura da pequena ou grande agroindústria, mas para que ele realmente seja efetivo e consiga legalizar todas as agroindústrias do estado necessita que esse aspecto seja revisto e readequado.

Durante o processo de legalização, as principais dificuldades encontradas para três agroindústrias foi o montante de recursos financeiros para fazer as adequações, enquanto para uma agroindústria foi à burocracia. Prezotto (2005) destaca que a legalização vai além da licença sanitária, pois as agroindústrias têm que se adequar em aspectos ambientais, fiscais, tributários, trabalhistas e previdenciários.

Um fato importante para as agroindústrias de Ernestina foi que após a legalização e inclusão no PEAFF houve apoio estadual através de recursos do FEAPER agroindústria que foram utilizados para a compra de máquinas ou equipamentos para as agroindústrias. Já foram três agroindústrias contempladas, com subsídio de dez mil reais, sendo que deste valor oito mil reais são a fundo perdido e dois mil reais podem ser pagos em até oito anos. Estes recursos começaram a ser destinados a partir de dois mil e quatorze, para cada agroindústria individualmente, conforme o governo autorizava essa modalidade de financiamento, e ainda em dois mil e dezessete a Emater-RS/ASCAR está executando um deles.

Com a concessão de recursos, as agroindústrias puderam fazer novos investimentos, sendo que todas as agroindústrias adquiriram máquinas e equipamentos, facilitando o processamento e a produção em escala comercial. Através do uso do selo “sabor gaúcho”, os produtos conquistaram mais clientes e mercados, principalmente pela confiança dos consumidores em produtos com registro de procedência e origem. Segundo Mior (2005), o produto colonial que antes era elaborado para subsistência hoje passa a ter valor comercial e significa renda para a família rural.

Com relação ao aumento do número de clientes para três agroindústrias o número de clientes duplicou, enquanto que para uma agroindústria os clientes se mantiveram os mesmos.

Sobre à criação de uma marca para os produtos, três agroindústrias afirmaram que a marca contribuiu para a comercialização, enquanto para uma agroindústria foi indiferente.

A seguir são apresentados alguns resultados que as agroindústrias de Ernestina perceberam após a legalização. Para a agroindústria de embutidos surgiram muitas demandas para entregar produtos nas cidades vizinhas, como Nicolau Vergueiro, Carazinho e Não Me Toque, incluindo o mercado da Cooperativa Agropecuária e Industrial de Não Me Toque - RS (Cotrijal), porém devido à produção ser proveniente de agroindústria familiar não é possível atender a todos, pois para isso teriam que se transformar em uma indústria, e não é de interesse no momento. As mudanças que ocorreram já comprometem toda a mão de obra disponível na propriedade.

A agroindústria de mandioca foi a que menos percebeu mudanças após a legalização, pois os clientes são os mesmos, por isso não pretende ampliar a sua atuação na agroindústria, porém irá diversificar as atividades produtivas, ainda em dois mil e dezessete com a criação de uma feira de produtos coloniais as margens da rodovia RSC153, onde se localiza a agroindústria.

Para a agroindústria de panificados Sabor do Campo surgiram novas oportunidades de comercialização após as adequações e utilização do selo “Sabor Gaúcho”, especialmente

através da participação no PNAE e em feiras como a Expodireto Cotrijal na cidade de Não-Me-Toque-RS e Exposição Feira de Soledade (Exposol) na cidade de Soledade-RS. Para o ano de dois mil e dezoito a agroindústria pretende participar do PAA e também do roteiro turístico do município.

Para a agroindústria de panificados Aroma Caseiro o estudo de caso apontou que a tomada de decisão para a legalização foi pela necessidade de comercialização nos pontos de venda espalhados pelo município, principalmente visando se adequar aos aspectos legais. Também pretende ampliar os canais de comercialização participando dos mercados institucionais PAA e PNAE.

Quanto às percepções dos resultados econômicos foi possível observar a evolução que as famílias proprietárias das agroindústrias passaram desde a sua legalização e inclusão no PNAE, pois todas relataram que houve investimentos tanto na estrutura de produção agroindustrial como na propriedade de um modo geral. As mudanças alteraram os padrões de consumo local e regional destas famílias contribuindo com o desenvolvimento rural.

7 MUDANÇAS SOCIAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA ADESÃO AO PEAFF

Relativo às mudanças sociais ocorridas com as famílias após a adesão de agroindústrias, Sulzbacher (2009) afirma que ainda não se tem indicadores mensuráveis para poder avaliar os impactos, porém, através do presente estudo e conhecimento empírico da autora observa-se que ocorreram mudanças significativas na vida das pessoas envolvidas. Citam-se mudanças como aumento da autonomia, capacidade gerencial para operacionalizar as agroindústrias, apropriação de novas técnicas de trabalho para facilitar as operações, acesso a crédito direcionado à atividade agroindustrial e inserção em mercados locais e regionais. É possível perceber mudanças sociais no relato de um agricultor entrevistado.

A gente fez quase tudo com recursos próprios, bem pouco financiado, e deu resultado porque agora dá pra viver mais tranquilo com dinheiro pra pagar as contas, e sempre tem dinheiro garantido com a agroindústria. (Agricultor um, homem, acima de 50 anos).

As agroindústrias também buscam ampliar o seu leque de produtos para conquistar novos consumidores e mercados, conforme o proprietário de uma das agroindústrias de panificados relata “eu gostaria de entrar para o roteiro turístico do município e servir um café colonial, como que eu faço?” (Agricultor três, homem, entre 30 e 50 anos).

A respeito das perspectivas de futuro para a família, as quatro famílias entrevistadas pretendem permanecer no meio rural, e sobre o futuro da agroindústria apenas três famílias tem intenção de ampliar a agroindústria. A agroindústria de embutidos é a que apresenta maior ansiedade sobre a sua estrutura física e o proprietário relatou: “estou preocupado, porque se vier o SUSAF no município eu não me encaixo mais, vou ter que construir tudo novo.” (Agricultor um, homem, acima de 50 anos).

Sobre as mudanças que agroindustrialização trouxe para a família, para uma família entrevistada a agroindustrialização trouxe renda garantida, para duas famílias trouxe mais compromisso e trabalho, e para a outra trouxe maior aprendizado. Ao mesmo tempo em que as vendas aumentam, os compromissos e prazos precisam ser cumpridos, ocasionando uma mudança nos hábitos e rotinas familiares.

A partir da pesquisa de campo todas as famílias relatam que as mudanças foram positivas após a legalização e inclusão no PEAFF sendo que, para duas famílias, a legalização representou mais confiança sobre a procedência dos produtos, para uma família melhoras no

local de trabalho com mais higiene, e para outra família maior divulgação dos produtos e aumento das vendas.

Quando foram questionados se consideravam algum fato negativo durante o processo de legalização, três dos proprietários das agroindústrias responderam que não tiveram nada para considerar negativo, porém uma agroindústria fez o seguinte relato: “a coisa mais difícil para abrir a agroindústria foi a burocracia e a liberação dos documentos”. (Agricultor quatro, mulher, entre 30 e 50 anos).

Também foi constatado durante as entrevistas que todos acham importante que o Estado forneça mais suporte técnico às agroindústrias visando a sua manutenção, como convênio com empresas de coleta e análise de água, de limpeza de caixas d’água, de controle de pragas e desinsetização, e principalmente na diminuição dos custos para manter um responsável técnico nas agroindústrias de produtos de origem animal.

Sobre a contribuição da agroindustrialização para o desenvolvimento rural, todos acreditam que existe uma grande contribuição, relatando que as vendas são importantes, pois muitas pessoas procuram o município para adquirir os produtos das agroindústrias, porém ainda há pouco incentivo do mercado local. Segundo Mior (2005), as agroindústrias familiares têm a capacidade de inserção nas redes sociais locais/regionais enquanto a agroindústria convencional está buscando inserção em mercados globalizados.

Também através da agroindustrialização e inclusão no PEAFF é possível expandir o negócio inclusive vender fora do município, sem restrições para produtos de origem vegetal, e com autorização específica do órgão competente para produtos de origem animal. Em contrapartida, um fator foi entendido como negativo, que é o caso das agroindústrias não legalizadas que continuam comercializando seus produtos livremente no município. Segundo palavras de um proprietário de agroindústria.

O custo de legalização é alto e mudou pouco, pois muitos que não são legalizados continuam vendendo sem se legalizar e com custo mais baixo, sem embalagens adequadas e sem rótulo, enquanto nós gastamos mais para embalar e rotular os produtos. (Agricultor dois, homem, entre 30 e 50 anos).

Apesar dos incentivos para as agroindústrias informais se legalizarem, Wesz Junior (2009) concluiu em seus estudos que as condicionalidades para a participação no PEAFF implicam em aumento da produção, conquista de novos mercados, além de maior tempo de dedicação as atividades pertinentes à agroindústria, o que não é interessante para os agricultores onde a agregação de valor não tem peso financeiro tão importante. Talvez este

seja um dos motivos que levam agricultores familiares de Ernestina a continuarem na informalidade, produzindo e comercializando como historicamente sempre fizeram.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo analisar as contribuições da agroindustrialização para a agricultura familiar de Ernestina-RS. Para tanto foi necessário caracterizar as agroindústrias legalizadas do município de Ernestina, sua trajetória e características, bem como os produtos transformados, a escala produtiva e mercados acionados. Ainda, pesquisar as mudanças provocadas pela estratégia de agroindustrialização nas práticas produtivas dos agricultores familiares, evidenciar as percepções dos resultados econômicos a partir da agroindustrialização de alimentos da agricultura familiar e analisar as transformações sociais nas famílias rurais após a adesão a PEAf.

Participaram do estudo quatro agroindústrias legalizadas, uma de embutidos, uma de processamento de mandioca e duas de panificados. Todas se caracterizam como agroindústrias familiares porque o trabalho e a gestão são executados pela família e existe a preservação do “saber fazer”, com um toque muito especial na produção de cada família.

Foi possível observar que a consolidação de uma agroindústria favorece a inserção social da família no município e região, uma vez que os membros envolvidos buscam conhecimento para a produção e diferenciação dos produtos, para a comercialização e principalmente visando obter sucesso nesta nova atividade.

Os principais resultados do estudo de caso foram que das quatro agroindústrias estudadas, três pretendem ampliar as atividades e apenas uma irá se manter como está em virtude da inclusão de uma feira de produtos coloniais, junto ao ponto de venda da agroindústria. Cabe destacar que pela relevância desta agroindústria no município e região, o proprietário não irá deixar a atividade de agroindustrialização, mas irá diversificar a propriedade através da feira.

O estudo de caso também possibilitou compreender que os proprietários das quatro agroindústrias de Ernestina foram resistentes na adesão ao PEAf, pois, como é um programa estadual recentemente consolidado, foi difícil acreditar que por meio dele os canais de comercialização se ampliariam. De certa forma, ainda é necessário muito avanço no programa que tem por objetivo legalizar as agroindústrias do estado, principalmente que a política municipal entre em consonância com a estadual, valorizando cada vez mais os alimentos produzidos e coibindo o comércio de alimentos sem procedência.

Estudos deste tipo permitem informações importantes sobre a dinâmica das pequenas agroindústrias familiares locais e percebe-se que quando a propriedade agrega valor aos seus produtos ocorrem mudanças sociais e produtivas significativas para a família como a

reorganização familiar, a valorização da mulher e a presença dos jovens e idosos nas atividades. A diversificação das atividades através da agroindustrialização permite que todos os membros da família se envolvam visando o bem estar de todos, e após a formalização da agroindústria ocorre à expansão do espaço de comercialização, principalmente através dos mercados institucionais como PAA e PNAE.

Alguns limitantes foram observados, especialmente quando as perguntas envolviam a questão de ganhos financeiros, sendo que os proprietários preferiram não responder qual é a renda total mensal da família após a agroindustrialização.

Com o estudo foi possível perceber que o apoio às agroindústrias vai além dos serviços de legalização, pois também seria importante que o Estado fornecesse às agroindústrias suporte técnico para a sua manutenção, como convênio com empresas de coleta e análise de água, de limpeza de caixas d'água, de controle de pragas e desinsetização, com laboratórios de análises, e na diminuição dos custos, para manter um responsável técnico nas agroindústrias de produtos de origem animal. Para a agricultura familiar a agroindústria representa geração de trabalho no meio rural, uma nova oportunidade de renda, a diversificação da produção, a expansão da comercialização e qualidade alimentar nos produtos oferecidos aos consumidores

A existência das agroindústrias de Ernestina, na sua forma legal, ocorreu devido ao PNAE e a criação do PEAf, e foi possível perceber que os agricultores estão muito mais envolvidos na comunidade, tanto local, quanto regional, após a agroindustrialização, além de se sentirem valorizados e desafiados a cada nova oportunidade, mostrando a importância da agroindustrialização para o desenvolvimento rural de Ernestina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. Volume 2. 5ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2009.

BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LE_m_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI> Acesso em: 14 de abr de 2017.

_____. Lei 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 12 jun 2017.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan/abr. 2004.

DORIGON, Clóvis; RENK, Arlene. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Rev. de Economia Agrícola**, v. 58, n. 1, 2011.

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. Escritório Municipal de Ernestina. Pesquisa em documentos e relatórios. Ernestina, 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Brasília, 2016. Disponível: <www.fnede.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas> . Acesso em: 15 dez. 2017.

GAZOLLA, Márcio. **Conhecimentos, Produção de Novidades e Ações Institucionais**: cadeias curtas das agroindústrias familiares. 2012. 292 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2012.

_____. Segurança alimentar e nutricional e agroindústrias familiares: políticas públicas e ações locais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 21(2):527-540, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634629>> Acesso em: 27 out.2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. Brasil, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados Município Ernestina**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430705&search=||infográficos:-informações-completas>> Acesso em: 11 abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Resenha. (Coleção temas sociais). 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense**. 2004. 1-316 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87731>>. Acesso em: 12 jun 2017

_____. **Agricultores Familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC. Editora Argos, 2005.

_____. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. 22 a 25/ag. 2007. Florianópolis-SC. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf> Acesso em: 24 out.2017.

MIOR, Luiz Carlos; GUIVANT, Júlia Silva. **Redes sócio técnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural**. In: “Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural” organizado por Julia Guivant, Luiz F. Scheibe e Selvino Assmann, 2004.

NETO, Rivadávia Dumond de Alvarenga; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; CENDÓN, Beatriz Valadares. A Construção de Metodologia de Pesquisa Qualitativa com Vistas à Apreensão da Realidade Organizacional Brasileira: estudos de casos múltiplos para proposição de modelagem conceitual integrativa. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.16, n.2, p.63-78, jul./dez. 2006

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Cienc. Rural** vol.41 n.º.12 Santa Maria Dec. 2011

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Márcio. **A Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul: Limites e Potencialidades a Sua Reprodução Social**. Frederico Westphalen/RS: Ed. da URI, 2008, 195p.

PREZOTTO, Leomar Luiz. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, abr. 2002. p.133-154.

RÉVILLION, Jean Philippe Palma.; BADEJO Marcelo Silveira.. **Gestão e Planejamento de Organizações Agroindustriais**, Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Lei 49341 de 05 de julho de 2012**, cria o Programa Estadual de Agroindústria Familiar-PEAF e institui o selo de identificação Sabor Gaúcho. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=243084>>Acesso em: 27 mar.2017.

_____. **Lei n.º 13.921, de 17 de janeiro de 2012**. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.921.pdf>> Acesso em: 26 mar.2017.

_____. **Manual Operativo**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Departamento de Agricultura familiar e Agroindústria. Porto Alegre-RS, 2017. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20170302163142manual_operativo_programa_estadual_de_agroindustria_familiar___peaf_2017_2.1.pdf>. \acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar-PEAF**. Disponível em: <<http://www.sdr.rs.gov.br/programa-estadual-de-agricultura-familiar>>. Acesso em: 4 set. 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2003, vol.18, n.51, pp.99-122. ISSN 1806-9053. Acesso em: 13 jun 2017.

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas-SP, vol. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.** vol.30 n.3 São Paulo July/Sept. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009>Acessoem: 4 set.2017.

SGARBI, Jaqueline; CRUZ Fabiana Tomé da; PREZOTTO Luiz; KROLOW Ana Cristina **Agroindústria familiar rural: contribuições para o desenvolvimento agroecológico/coordenação de Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2007.**

SULZBACHER Aline Weber. **Agroindústria Familiar Rural: Caminhos para Estimar Impactos Sociais**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-25.

TEIXEIRA Enise Barth. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica importância e desafios em estudos organizacionais**. Desenvolvimento em Questão. Ed. Unijui Ano 1, n.2 jul/dez, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; NIEDERLE, Paulo André. Agroindustrialização e agricultura familiar: novas dinâmicas de desenvolvimento rural na região das Missões, RS. **Revista Geo UERJ**, Ano 9, nº 17, vol. 2, 2º semestre de 2007.

_____. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75 – 102, set./dez. 2009.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovois; FILIPPI Eduardo Ernesto. **Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil**. IV Congresso Internacional de la Red Sial. 27-31 out.2008, Mar Del Plata, Argentina. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/eduardo-ernesto-filippi/wesz-jr-valdemar-joao-trentin-iran-carlos-lovis-filippi-e-e-os-reflexos-das-agroindustrias-familiares-para-o-desenvolvimento-das-areas-rurais-no-brasil-in-alfater-2008-alimentacion-agricultura-familiar-y-territorio-iv-congreso-internacional-de-la-red-sial>>. Acesso em: 26 out.2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Traduzido por Daniel Grassi. 2ª.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA INSTITUIÇÕES

Questionário para trabalho de conclusão do curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, visando analisar as contribuições da agro industrialização para a agricultura familiar de Ernestina-RS.

Roteiro de entrevista semiestruturada para a prefeitura municipal e Emater-RS/ASCAR do município de Ernestina/RS

Nome do entrevistado: _____

Instituição: _____

Cargo: _____

- 1- Quantas agroindústrias familiares há em Ernestina e quais os principais tipos de produtos agroindustrializados no município?
- 2- Quando que os agricultores familiares começaram a agroindustrializar seus produtos? Qual foi a razão? Houve algum incentivo do município, governo estadual ou federal?
- 3- Qual o papel da sua instituição para apoiar os agricultores que desejam constituir uma agroindústria?
- 4- Por que muitos agricultores comercializam produtos alimentares e não procuram ampliar essa atividade?
- 5- Quais resultados você observa nas famílias após a agroindustrialização?
- 6- Há mudanças em termos de comercialização nas famílias que se dedicam a atividades de agro industrialização e se legalizam? Cite algumas?
- 7- Quais os fatores que estimulam os agricultores a se legalizarem?
- 8- Acontecem mudanças nas atividades produtivas das famílias após a agro industrialização dos alimentos (mudanças no que planta, na forma como planta, deixaram de plantar e compram matéria prima, agroecológico ou não...)?
- 9- Observa mudanças na organização da família com a criação das agroindústrias? (papel da mulher, dos jovens, das crianças, aposentados etc?) A agroindustrialização proporciona a reorganização das atividades entre os membros da família?
- 10- Têm ocorrido casos de sucessão familiar quando surgem novas oportunidades de trabalho e geração de renda? Observa alguma mudança na atuação dos filhos?
- 11- Percebe-se melhoria da qualidade de vida das famílias? Citar exemplos.
- 12- Existe mudança significativa na renda das famílias envolvidas com a agro industrialização?

- 13- Quais as principais dificuldades ainda vivenciadas pelas famílias que agro industrializam os alimentos?
- 14- A agroindustrialização contribui para o desenvolvimento rural no município? Se sim, como?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA AGROINDÚSTRIAS

Questionário para trabalho de conclusão do curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, visando analisar as contribuições da agro industrialização para a agricultura familiar de Ernestina-RS.

Roteiro de entrevista para as agroindústrias do município de Ernestina/RS

Nome da agroindústria: _____

Endereço: _____

- 1- Quem é o responsável legal pela agroindústria?
 homem
 mulher
 ambos?
 a família?
- 2- Como podemos identificar a faixa etária do(s) representante(s) pela agroindústria?
 acima de cinquenta anos
 entre cinquenta e trinta anos
 entre trinta e vinte anos
 abaixo de vinte anos
- 3- Quantas pessoas compõem o núcleo familiar? ?
 duas
 três
 quatro
 mais que quatro pessoas
- 4- Quantos filhos a família possui? _____
 sexo masculino
 sexo feminino
- 5- Quantas famílias trabalham no processamento dos produtos?
 uma família
 mais de uma família. Quem são? _____
- 6- Qual é a principal fonte de renda da propriedade hoje?
 grãos
 leite
 agroindústria
 outras atividades agrícolas. Quais? _____
 outras rendas (previdência rural, salários não agrícolas...). Qual?
- 7- Quais são os produtos produzidos na agroindústria?
- 8- Qual o seu produto destaque, ou “carro chefe”?

- 9- Por que criaram a agroindústria?
- 10- Por que decidiram ampliar e legalizar a agroindústria?
- por causa da fiscalização municipal
 - aumentar os canais de comercialização
 - vender fora do município
 - outro motivo: _____
- 11- Já trabalhavam na produção e comercialização de alimentos antes da legalização da agroindústria?
- Sim
 - Não
- Em que produção e/ou comercialização? _____
- 12- Foi necessário muito investimento para as adequações? Como foi administrado?
- 13- Qual o tempo de existência da agroindústria?
- a mais de 5 anos
 - a mais de 3 anos
 - menos de 1 ano
- 14- A criação de uma “marca” contribuiu para a comercialização dos produtos da agroindústria?
- Melhorou
 - Piorou
 - indiferente
- 15- Onde realizam a comercialização?
- feiras municipais
 - ponto de venda próprio
 - supermercado
 - mercado institucional
 - na propriedade
 - Outros locais: _____
- 16- Qual a origem da matéria prima para processar na agroindústria?
- 100% produzida na propriedade
 - menos de 50% produzida
 - menos de 20% produzida
 - Totalmente externa
- 17- Já produziam esta matéria prima?
- Sim
 - Não
- 18- Houve alguma reorganização produtiva, como mudança no número e tipos de cultivos, com a agroindustrialização e com a legalização?
- 19- Como é a divisão de responsabilidade na unidade familiar? Divisão das tarefas entre marido, mulher, filhos?

- 20- Antes da agroindústria esta organização era diferente? Como funcionava?
- 21- Os filhos foram incluídos na nova atividade da propriedade?
() Sim
() Não
Por que?
- 22- O que já adquiriram após os trabalhos com agroindústria?
() equipamentos
() utensílios
() máquinas
() veículo
() moto
() bens para a casa
() _____
- 23- Quais as principais dificuldades encontradas durante a legalização?
() adequação sanitária
() recursos financeiros
() mão de obra
() matéria prima
() outras: _____
- 24- Que mudanças observa na renda da família após a agro industrialização?
() Aumentou acima de 100%
() Aumentou 100%
() Aumentou mais de 50%
() Aumentou mais de 20%
() não houve aumento da renda – permaneceu igual
() a renda reduziu
- 25- A família consegue estimar qual é a renda total mensal da família? _____
- 26- Houve aumento do número de clientes?
() duplicou
() triplicou
() se manteve o mesmo
- 27- Quais são as perspectivas de futuro para a família? E a agroindústria?
() ampliação da agroindústria
() permanecer no meio rural
() adquirir mais terras
() ter local próprio de comercialização
() não continuar com a agroindústria
() outra: _____
- 28- Em termos gerais, que mudanças a agroindustrialização trouxe para a família?
- 29- O que considera de positivo com a agroindustrialização e legalização? Que ganhos ou mudanças positivas a agroindustrialização trouxe para a família?

- 30- O que considera como negativo com a agroindustrialização? Houve alguma mudança para pior com a agroindustrialização e legalização?
- 31- Na sua opinião, a agroindustrialização contribui para o desenvolvimento do meio rural de Ernestina? Por que?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “Contribuições das agroindústrias rurais familiares: um estudo de caso no município de Ernestina-RS” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso** “Contribuições das agroindústrias rurais familiares: um estudo de caso no município de Ernestina-RS” – *do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER*, que tem como objetivo ” analisar as contribuições da agroindustrialização para a agricultura familiar de Ernestina-RS.”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Rosane Turra Treviso” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (agroindústria para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Ernestina, ____/____/2017

APÊNDICE D – RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Adilson Gilmar Ebert - agricultor três, homem, entre 30 e 50 anos

Arieli Zibetti França - gestor municipal, entre 30 e 50 anos

Celsio Marz - agricultor um, homem, acima 50 anos

Fernando Teixeira do Amarante - agricultor dois, homem, entre 30 e 50 anos

Juceli Muller - extensionista rural, entre 30 e 50 anos

Rosane lorení Wolfart - agricultor quatro, mulher entre 30 e 50 anos